

L E I N° 1.339/78

Data: 06 de dezembro de 1978

Súmula: Autoriza o Chefe do Poder Executivo a firmar convênio com o Estado do Paraná e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Estado do Paraná, visando a adequação, reequipamento e a instalação de destacamento do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, no Município de Bandeirantes.

Artigo 2º- O convênio a ser firmado nos termos desta Lei reger-se-á pelas seguintes condições:

I – Compete à Prefeitura Municipal de Bandeirantes:

A) Adquirir e destinar para uso e emprego exclusivo do elemento de combate a incêndio do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado, sediado no Município de Bandeirantes, os veículos, acessórios e equipamentos exigidos pelo plano de segurança da área, respeitadas, em quaisquer casos, as especificações técnicas do Corpo de Bombeiros;

B) Ceder, ao elemento de combate a incêndio do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado, áreas e instalações prediais, indispensáveis e condizentes às necessidades de alojamento de pessoal, administração e material de postos de bombeiros do Município.

C) Adequar e manter em perfeito funcionamento a rede de hidrantes do perímetro urbano da cidade de Bandeirantes bem como nos distritos que assim o exigirem;

D) Arcar com as despesas de aquisição, manutenção e renovação dos meios materiais, bem como, com as despesas de projetos técnicos, destinados, a prover a Segurança contra incêndio na área do Município, bem como

com as instalações e demais imóveis colocados à disposição do Elemento de Combate a incêndio do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado, sediado no Município de Bandeirantes;

E) Introduzir nas posturas Municipais ou diplomas legais equivalentes, dispositivos reguladores e necessários à prevenção contra incêndios, segundo especificações do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado;

F) Implantar um FUNDO ESPECIAL – Fundo de Reequipamento de Bombeiro – destinado exclusivamente a prover recursos financeiros para o reequipamento e manutenção do Elemento de Combate a incêndio e prevenção do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, na forma da Legislação vigente.

G) Implantar no Código Tributário Municipal, na forma que a Lei estabelecer:

1 – Taxa anual de Vistoria de Segurança contra incêndio a incidir sobre os estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços e edifício com mais de 3 (três) pavimentos.

2– Taxa Urbana de Serviço de Bombeiro, a incidir sobre o metro quadrado de edificação em terreno urbano, a ser recolhida juntamente com o imposto predial e territorial urbano.

II – O Estado do Paraná compromete-se a:

A) Manter, sem solução de continuidade, dentro dos padrões recomendados pela técnica e enquanto prevalecer o Convênio autorizado nesta Lei, um elemento de Combate a incêndio no Município de Bandeirantes.

B) Incluir pessoal em número e condições exigidas para ativação de um elemento de combate a incêndio, com suas respectivas subseções na área urbana do Município de Bandeirantes, segundo planejamento elaborado pela Polícia Militar do Estado, através de seu Corpo de Bombeiros.

C) Formar o pessoal incluído, mantendo ainda em constante desenvolvimento, um programa de adestramento e especialização de seus efetivos.

D) Fornecer todo o equipamento individual e fardamento que se fizer necessário ao pleno exercício das atividades de Combate a incêndio.

E) Manter, em caráter permanente, na área do Município de Bandeirantes, em número e qualificação exigidos pelo plano de ativação de postos, pessoal de seus próprios quadros.

F) Oferecer toda a assistência médico-hospitalar aos componentes do elemento de Combate a incêndio, conforme Legislação peculiar em vigor.

G) Remanejar os componentes do Elemento de Combate a incêndios, que por condições de saúde, motivos de ordem disciplinar ou inadaptação profissional, não atendam as exigências do Serviço de Segurança Contra Incêndios e Prestações de Socorros Públicos.

H) Manter na área do Município de Bandeirantes, todo patrimônio que por força do Convênio autorizado nesta Lei, tem seu uso cedido ao Elemento de Combate a Incêndio para aí destinado, impedindo sua aplicação em serviços e missões diversas daquelas a que se destinam.

I) Oferecer ao Município, todo o assessoramento necessário ao trato de assuntos relativos à Segurança Contra Incêndios.

J) Promover, através dos componentes do elemento de Combate a incêndio local, campanhas e serviços desenvolvidos diretamente junto à população por meio de entrevistas, palestras, visitas domiciliares, cursos ou outras formas efetivas de orientação e prevenção e a segurança contra incêndios.

K) Emitir parecer técnico, através do setor competente, em todos os projetos que por força de sua natureza e da legislação, devam ser submetidos àquele procedimento.

Artigo 3º - Ao Estado fica assegurado o pleno direito de movimentação, alteração e constituição do quadro de pessoal componente do elemento de combate a incêndio destacado no Município de Bandeirantes, através dos órgãos próprios da Polícia Militar do Estado.

Artigo 4º - Ao Estado caberá a responsabilidade do pagamento dos soldos e demais vantagens previstas na Legislação da Polícia Militar do Estado, alimentação e previdência aos componentes do elemento de combate a incêndio, sediado do Município de Bandeirantes.

Artigo 5º - A partir de 1980, inclusive, deverão constar do Orçamento Municipal, as dotações necessárias ao pleno cumprimento do Convênio, objeto desta Lei.

Artigo 6º - O Convênio autorizado nesta Lei, vigorará por prazo indeterminado e deverá ser referendado pelos órgãos legislativos Estadual e Municipal e firmado até 120 (cento e vinte) dias contados da data da publicação da presente Lei.

Artigo 7º - O Município de Bandeirantes fica autorizado a firmar, com anuência da Política Militar do Estado, através do seu Corpo de Bombeiros, quando for o caso, convênio com outros Municípios, mediante participação financeira para o Fundo de Reequipamento do Elemento de Combate a Incêndio, sediado no Município de Bandeirantes, para prestação de serviços de prevenção e/ou segurança contra incêndio.

Parágrafo Único - O Convênio a que se refere o presente artigo, somente poderá ser firmado pelo Prefeito Municipal, após prévia aprovação dos termos do mesmo pela Câmara Municipal.

Artigo 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 06 de dezembro de 1978.

José Fernandes da Silva

Prefeito Municipal